

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

REQUERENTE: LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2023

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada em locação de veículos automotivos, sem motorista, por um período de 12 meses para atender a Secretaria de Saúde Municipal de Cataguases.

Aos 11 (onze) dias do mês de maio de 2023 às 12h09 foi enviado via email para o Setor de Licitações peça impugnatória do processo em epígrafe, sob a qual passo a me posicionar nos seguintes termos:

DA TEMPESTIVIDADE:

19. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

19.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, pelo endereço eletrônico e-mail: pregaocataguases@gmail.com

...

Cabe, portanto, analisar, preliminarmente, se foram cumpridos os requisitos de admissibilidade exigidos para tanto, de acordo com o que preceitua o ato convocatório.

O prazo para a impugnação é de até três dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública. Conforme o ensinamento do mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes¹:

“A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do ar. 110 da Lei nº 8.666/93, tendo por termo inicial a data estabelecida para o da apresentação da proposta”²

No caso em destaque, a realização da sessão estava marcada para 16/05/2023, os três dias úteis anteriores a sessão são, 15/05/2023, 12/05/2023 e 11/05/2023

Apesar de não ter cumprido os requisitos exigidos, foi necessário uma análise da Secretaria de Saúde, sendo assim o processo foi retificado e republicado.

DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO

O Impugnante como escopo fundamental de suas alegações requer:

- 1- que seja incluído no edital o valor dos juros, da multa e o índice de correção para aferição das consequências de mora, em caso de atraso no pagamento da contraprestação pecuniária mensal.
- 2- Inclusão referente ao critério para reajuste de preços.

¹ In Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico, Editora Fórum, 2ª edição, 2007, págs. 609/611

² Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

- 3- Inviabilidade quanto ao atendimento do prazo de entrega do objeto, alegando que são 05 (cinco) dias corridos, solicitando que fosse retificado para 90 (noventa dias) prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias.

DA ANÁLISE

1- Quanto ao pedido de inclusão de previsão de juros e multa em caso de atraso no pagamento ou inadimplemento.

Do ponto de vista sobre a incidência de multa, juros e correção monetária, sobre este assunto, cabe ressaltar recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas da União, por meio das Decisões nº 585/94 – Plenário, nº 197/97 – Plenário e nº 454/98, transcritas abaixo:

Decisão nº 585/94 – Plenário: “h - evitar a inclusão nos instrumentos contratuais de cláusulas prevendo aplicação de multa moratória ao GEIPOT por atraso no pagamento de importâncias eventualmente devidas, por tal procedimento contrariar jurisprudência consolidada firmada por esta Corte sobre o assunto, que não admite a imputação de tal penalidade e sua previsão em contratos por falta de amparo legal, ante o seu caráter punitivo (Ata nº 45/90, Anexo XXII; Ata nº 60/90, Anexo VI; Ata nº 48/90, Anexo VI; e Ata nº 23/92, Decisão nº 246/92 - Plenário).”

Decisão nº 197/97 – Plenário: “b) precaver-se, quando da elaboração de instrumentos convocatórios ou contratuais, quanto à inclusão ou omissão de cláusulas que levem a situações economicamente lesivas à Administração, tais como a previsão de multas contra a própria Administração que extrapolem a atualização financeira do período, ou a aceitação de condições presentes nas propostas dos licitantes, mesmo que não previstas nos correspondentes instrumentos convocatórios ou contratuais;”

(...)

Voto do Ministro Relator Conforme salientou o Ministério Público, o pagamento de multas contratuais, por atraso em pagamentos, não pode ser considerado como impropriedade meramente formal, uma vez que o ato, despido de amparo legal, trouxe prejuízo ao erário equivalente a R\$ (...) Observe-se que tais multas não se confundem com a correção monetária amparada pelo art. 55, III, da Lei nº 8.666/93, uma vez que também foram efetuados, à conta do mesmo contrato, pagamentos a esse título.

Desta forma, fica mantida a decisão de improcedência do pedido referente ao exposto em epígrafe.



2- Quanto ao pedido para inclusão referente ao critério para reajuste de preços.

Fica incluído no Anexo III, Minuta contratual, cláusula segunda, a saber:

2.4 Em havendo interesse da Contratante em optar pela prorrogação do contrato, os preços serão reajustados pelo índice IPCA, ou outro índice que o Governo Federal ou a Administração Municipal venha a adotar para os Contratos da espécie. Se o mês da assinatura do aditamento contratual não houver sido publicado o índice referido e sua variação, será usado a variação dos imediatamente 12 (doze) meses anteriores.

3- Quanto ao pedido quanto a alteração no prazo de entrega.

Por se tratar de algo relacionado ao termo de referência e de caráter técnico que atinge diretamente a Secretaria Municipal de Saúde, foi enviado para análise da impugnação concluindo o seguinte pelo Sr. Jonas Souza.

“Fica combinado a alteração para 15 dias corridos, o quantitativo de dias se dá pelo motivo que os veículos solicitados são de até 3 anos de fabricação, ou seja, não necessariamente precisam ser 0 km. O prazo de 15 dias corridos é aceitável para entrega de veículos já em estoque.

Att.

Jonas Souza


Diretoria Administrativa “

DA DECISÃO:

Fica assim, DEFERIDO a impugnação parcialmente, retificando o edital quanto a inclusão do índice do reajuste de preços e alterando o prazo de entrega conforme solicitação da Secretaria de Saúde.

A presente decisão será comunicada ao impugnante e disponibilizada no site www.cataguases.mg.gov.br.

Cataguases, 18 de maio de 2023.



Neimar Garcia de Oliveira
Pregoeiro do Município de Cataguases